



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

2ª CÂMARA CRIMINAL - PROJUDI

Rua Mauá, 920 - Alto da Glória - Curitiba/PR - CEP: 80.030-901 - E-mail: 2CCR@tjpr.jus.br

Autos n.º 0000978-85.2022.8.16.0033

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0000978-85.2022.8.16.0033, DO JUÍZO DA VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

RECORRIDA: MARIA JANEIDE DE SOUZA PIACENTINI

RELATORA: DESEMBARGADORA PRISCILLA PLACHA SÁ

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DA RÉ EM RELAÇÃO AOS DELITOS DE CONCUSSÃO, DIANTE DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. ACOLHIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA OU VIRTUAL. SÚMULA 438 DO STJ. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES E NESTA COLETA CÂMARA. DECISÃO CASSADA COM O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito nº. 0000978-85.2022.8.16.0033, do Juízo da Vara Criminal do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba /PR.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Público Estadual, em face da r. decisão de mov. 18.1 proferida dos autos originários que: **a)** declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei n. 12.234/2010, na parte referente ao artigo 110 do Código Penal; do artigo 4º da Lei n. 12.234/2010 e do parágrafo 1º do artigo 110 do Código Penal (com a redação dada pela Lei nº 12.234 /2010), por violação aos princípios constitucionais da proporcionalidade, da culpabilidade, da individualização da pena e da razoável duração do processo (art. 5º, incisos XLVI e LXXVII, da CF), afastando, por conseguinte, sua aplicação ao caso concreto; **b)** rejeitou a denúncia e julgou extinta a punibilidade da acusada Maria Janeide de Souza Piacentini, relativa ao delito previsto no art. 316, caput,



do Código Penal, com fulcro no artigo 395, II e III, do Código de Processo Penal, em virtude da prescrição da pretensão punitiva.

Na denúncia oferecida pelo Ministério Público, os fatos foram assim narrados (mov. 1.1 – 1º Grau):

1º Fato: Entre os dias 02 de janeiro de 2013 e 15 de fevereiro de 2013, em horários não esclarecido, nas dependências do seu gabinete na Câmara Municipal de Vereadores, neste município e Foro Regional de Pinhais/PR, a denunciada MARIA JANEIDE DE SOUZA PIACENTINI, vulgo "Jane Carteira", com vontade livre e consciência dirigida para a conduta descrita, em razão da função pública que exercia como vereadora (mandato 2013/2016), exigiu para si, diretamente, vantagem indevida, consistente no valor de aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) relativo a um empréstimo consignado que deveria ser realizado pelo então assessor parlamentar comissionado de seu gabinete EDSON LUIZ ALMODOVAR RODRIGUES, sob o risco de perder o cargo. Consta da investigação que MARIA JANEIDE exigiu que EDSON LUIZ fizesse um empréstimo pessoal, com crédito e posterior débito em sua conta-corrente, sendo que o valor integral do financiamento deveria ser repassado à parlamentar. Todavia, o assessor fez o empréstimo, mas não realizou o repasse do dinheiro a ela, já que utilizou para fins particulares e fora exonerado na sequência como represália.

2º Fato: Entre os dias 02 de janeiro de 2013 e 05 de fevereiro de 2013, em horário não esclarecido nos autos, nas dependências do seu gabinete na Câmara Municipal de Vereadores, neste município e Foro Regional de Pinhais/PR, a denunciada MARIA JANEIDE DE SOUZA PIACENTINI, vulgo "Jane Carteira", com vontade livre e consciência dirigida para a conduta descrita, em razão da função pública que exercia como vereadora (mandato 2013/2016), exigiu para si, diretamente, vantagem indevida, consistente no valor de aproximadamente R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) relativo a um empréstimo consignado que deveria ser realizado pela então assessora parlamentar comissionada de seu gabinete DAIANE CRISTINA LOURENÇO. Consta dos autos que MARIA JANEIDE exigiu que DAIANE fizesse um empréstimo pessoal, com crédito e posterior débito em sua conta corrente, sendo que o valor integral do financiamento deveria ser repassado a parlamentar. O empréstimo foi realizado em 05 de fevereiro de 2013 e conforme se observa dos extratos bancários, DAIANE realizou um TED no dia seguinte no valor de R\$ 19.987,15 (dezenove mil novecentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) para a conta da vereadora junto ao Banco Itaú, Ag. 2947, cc 465973.

3º Fato: Entre os dias 02 de janeiro de 2013 e 31 de janeiro de 2015, em horários não esclarecidos nos autos, nas dependências de seu gabinete da Câmara Municipal de Vereadores, neste município e Foro Regional de Pinhais/PR, a denunciada MARIA JANEIDE DE SOUZA PIACENTINI, vulgo "Jane Carteira", com vontade livre e consciência dirigida para a conduta descrita, em razão da função pública que exercia como vereadora (mandato 2013/2016), exigiu para si, diretamente e mensalmente, vantagens indevidas, consistente em parte da remuneração mensal da assessora parlamentar comissionada DAIANE CRISTINA LOURENÇO, consistente no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) mensais. A assessora cedeu à exigência indevida do repasse, pois era a condição da nomeação e da manutenção do vínculo funcional, diante do risco de demissão 'ad nutum' prevista para cargos



comissionados. Assim, durante os 24 (vinte e quatro) meses em que ocupou o cargo, DAIANE entregava os valores diretamente para MARIA JANEIDE, totalizando um repasse no valor de R\$ 39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais).

4º Fato: Entre os dias 05 de março de 2013 e 08 de janeiro de 2014, em horários não esclarecidos nos autos, nas dependências do seu gabinete da Câmara Municipal, neste município e Foro Regional de Pinhais/PR, a denunciada MARIA JANEIDE DE SOUZA PIACENTINI, vulgo "Jane Carteira", com vontade livre e consciência dirigida para a conduta descrita, em razão da função pública que exercia como vereadora (mandato 2013/2016), exigiu para si, diretamente e mensalmente, vantagens indevidas consistentes em parte da remuneração mensal da assessora parlamentar comissionada de seu gabinete LOURDES DE OLIVEIRA KÓS, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais para custear os gastos feitos na campanha. A assessora cedeu à exigência indevida do repasse, pois era a condição da nomeação e da manutenção do vínculo funcional, diante do risco de demissão 'ad nutum' prevista para cargos comissionados. Assim, durante os 10 (dez) meses em que ocupou o cargo, LOURDES entregava os valores diretamente para MARIA JANEIDE, totalizando um repasse total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Por fim, a vereadora exigiu aumento do repasse para 50% da remuneração e diante na negativa da assessora, foi exonerada.

5º Fato: Entre os dias 02 de janeiro de 2013 e 04 de fevereiro de 2013, em horário não esclarecido nos autos, nas dependências do seu gabinete na Câmara de Vereadores, neste município e Foro Regional de Pinhais/PR, a denunciada MARIA JANEIDE DE SOUZA PIACENTINI, vulgo "Jane Carteira", com vontade livre e consciência dirigida para a conduta descrita, em razão da função pública que exercia como vereadora (mandato 2013/2016), exigiu para si, diretamente, vantagem indevida, consistente no valor de aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) relativo a um empréstimo consignado que deveria ser realizado pelo então assessor parlamentar comissionado NILTON CESAR POLYDORO. Consta dos autos que MARIA JANEIDE exigiu que NILTON fizesse um empréstimo pessoal, com crédito e posterior débito em sua conta corrente, sendo que o valor integral do financiamento deveria ser repassado a parlamentar, sob risco de perder o cargo. O empréstimo também foi realizado em 04 de fevereiro de 2013 e conforme se observa dos extratos bancários na investigação, NILTON realizou um TED no dia seguinte no valor de R\$ 19.987,15 para a conta da vereadora junto ao Banco Itaú, Ag. 2947, cc 4659732."

Irresignado, o órgão ministerial sustenta em suas razões recursais (mov. 28.1- 1º Grau), em síntese, que:

a) a Lei 12.234/2010 é clara ao vedar a contagem de prazo anterior ao oferecimento da denúncia para fins de reconhecimento da prescrição retroativa; b) O Supremo Tribunal Federal, em decisão em plenário, afastou a alegação de inconstitucionalidade de todos os princípios elencados na sentença citada, afirmando que a parte final do art. 110, §1º, do Código Penal, que proíbe a contagem da prescrição retroativa de data anterior à denúncia ou queixa, é constitucional e deve ser aplicada; c) em regra, a contagem do prazo para prescrição punitiva regula-se pelo máximo de pena privativa de liberdade, conforme art. 109, do Código Penal, assim, como o crime de concussão possuía pena máxima de 08 (quatro) anos na época das condutas da denúncia, o prazo prescricional é de 12 (doze) anos, tendo como termo inicial a data do fato até o recebimento da denúncia (artigo 117, inciso I, do Código Penal), sendo



esse último um dos marcos interruptivos da prescrição; d) como houve o oferecimento da denúncia, em 14/02/2022, conclui-se que o prazo prescricional de 12 (doze) anos ainda não se exauriu tendo em vista que os fatos ocorrerem entre 2013 e 2015; e) neste caso não se poderia aplicar a prescrição em perspectiva, porque não é hipótese notória de que a pena da ré não poderia ser fixada acima de 4 (quatro) anos.

Desse modo, pugna pela decretação de nulidade da sentença que extinguiu a punibilidade pela prescrição virtual retroativa e posterior análise do recebimento da denúncia.

Considerando que não houve triangulação processual, uma vez que a ré não foi citada, não houve apresentação de contrarrazões, conforme certidão de mov. 36.1- 1º Grau.

A d. Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pelo conhecimento e provimento do recurso para que a decisão de mov. 18.1 – 1º Grau, seja reformada devendo a ação penal prosseguir em todos os seus termos (mov. 17.1 - TJ).

É o relatório.

II - VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO

Presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos, o recurso merece conhecimento.

A controvérsia recursal cinge-se em face da decisão que declarou extinta a punibilidade da ré, ante a ocorrência da prescrição virtual.

Pugna o Ministério Público pela reforma da decisão, para o fim de afastar o reconhecimento da prescrição virtual, com o consequente prosseguimento da ação penal.

Assiste razão ao Recorrente.

Em que pese as judiciosas considerações feitas pela i. Magistrada singular, tem-se que não é admitida a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena abstrato, conforme dispõe o enunciado da súmula 438 do STJ, confira-se:

Súmula 438 - É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

O Supremo Tribunal Federal igualmente possui entendimento no sentido do não cabimento da prescrição em perspectiva:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM PERSPECTIVA, PROJETADA OU ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INADMISSIBILIDADE. A petição de agravo regimental não impugnou os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a repetir as razões de mérito desenvolvidas no recurso extraordinário. Nesses casos, é inadmissível o agravo, conforme a orientação do Supremo Tribunal Federal. Precedente. De qualquer forma, é inadmissível a extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada. Precedente. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF, ARE



708233 AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, jul. 15.10.2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJE-219 DIVULG 05-11-2013 PUBLIC 06-11-2013)

No mesmo sentido já decidiu esta Colenda Câmara:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, ANTE O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO EM SUA MODALIDADE VIRTUAL - IRRESIGNAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL. 1) PLEITO DE REFORMA DA DECISÃO, TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO EM SUA MODALIDADE VIRTUAL – PROVIMENTO - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM PERSPECTIVA, PROJETADA OU ANTECIPADA - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 438, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA ALIADOS A ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – SENTENÇA ANULADA - 2) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EM SEDE RECURSAL, TENDO EM VISTA A APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (TJPR - 2ª C. Criminal - 0000979-48.2017.8.16.0097 - Ivaiporã - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU MAURO BLEY PEREIRA JUNIOR - J. 07.02.2022)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU EM RELAÇÃO AO CRIME DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12 DA LEI Nº 10.826/2003), DIANTE DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INSURGÊNCIA MINISTERIAL QUANTO O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA OU VIRTUAL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES E NESTA CÂMARA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 438 DO STJ. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 2ª C. Criminal - 0007821-86.2017.8.16.0083 - Francisco Beltrão - Rel.: DESEMBARGADOR MARIO HELTON JORGE - J. 14.12.2021)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – AÇÃO PENAL PRIVADA – QUEIXA-CRIME – DELITO DE CALÚNIA – LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO – RECEBIMENTO DA INICIAL ACUSATÓRIA – 2. PRESCRIÇÃO VIRTUAL OU EM PERSPECTIVA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – SÚMULA 438/STJ – RECURSO PROVIDO. 1. Satisfazendo a queixa-crime os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e havendo indícios mínimos de autoria e materialidade, impõe-se o recebimento da inicial acusatória. 2. É inadmissível declarar a prescrição com fundamento na pena em perspectiva, pela ausência de previsão legal e violação à Súmula 438/STJ, segundo a qual: “É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.” (TJPR - 2ª C. Criminal - 0007714-64.2018.8.16.0129 - Paranaguá - Rel.: DESEMBARGADOR LUIS CARLOS XAVIER - J. 20.09.2021)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. ARTIGO 306 DA LEI 9.503/1997. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO ACUSADO, PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PELA PENAL EM PERSPECTIVA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. PLEITO DE REFORMA DA DECISÃO. ACOLHIDO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA DECRETAR A PRESCRIÇÃO VIRTUAL. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 2ª C. Criminal - 0002600-03.2010.8.16.0105 - Loanda - Rel.: DESEMBARGADOR LAERTES FERREIRA GOMES - J. 01.02.2021)

Conforme bem ressaltou a d. Procuradoria-Geral de Justiça: “Assim, de acordo com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 110, do Código Penal, a chamada prescrição retroativa somente pode ser reconhecida desde que haja uma decisão estabelecendo um quantum de pena privativa de liberdade, e não apenas um prognóstico. Dessa forma, unicamente após a instrução do feito a autoridade judiciária terá à disposição todas as informações a respeito dos réus e do fato apurado, para, no caso de eventual condenação, estabelecer a quantidade de pena a ser aplicada, com base nas diretrizes do artigo 59 e do



artigo 68, ambos do Código Penal. Pode ocorrer, ainda, antes da sentença, a hipótese da mutatio libelli, prevista no artigo 384, do Código de Processo Penal, com nova imputação e pena cominada distinta daquela correspondente ao fato previamente narrado. Ademais, a antecipação do cálculo dosimétrico viola os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, bem como da presunção de inocência, consagrados nos incisos LIV, LV e LVII, do artigo 5º, da Constituição da República, porque a decretação desta modalidade de prescrição – a qual sequer encontra amparo no ordenamento jurídico pátrio – supõe ser o acusado culpado antes mesmo da prolação de um efetivo édito condenatório.”

Diante da fundamentação alinhavada, merece provimento o presente recurso para que seja afastada a extinção da punibilidade da denunciada pela ocorrência da prescrição pela pena antecipada, com o imediato e regular prosseguimento da ação penal.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, voto pelo **conhecimento e provimento** do presente recurso para o fim de cassar a decisão recorrida, com o imediato e regular prosseguimento da ação penal.

IV - DISPOSITIVO

Ante o exposto, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Criminal do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em julgar CONHECIDO E PROVIDO o recurso do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ.

O julgamento foi presidido pela Desembargadora Priscilla Placha Sá (relatora), com voto, e dele participaram Desembargador Joscelito Giovani Cé e Desembargador José Maurício Pinto De Almeida.

Curitiba, 24 de junho de 2022.

Desembargadora Priscilla Placha Sá

Relatora

